



CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE NA PROTEÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: ANÁLISE DAS LEIS BRASILEIRAS

JÉSSICA BEATRIZ SOUSA SOARES DE PAIVA

Introdução: os profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF) encontram-se em uma posição privilegiada para aquisição de dados e informações de mulheres vítimas de violência. Isso ocorre devido ao fato de serem muitas vezes o primeiro ponto de contato, ou devido aos vínculos estabelecidos pelas equipes com as famílias atendidas. Desta forma, capacitar a equipe de saúde atuante torna-se fundamental, e uma maneira de iniciar essa preparação é através do fornecimento de conhecimento sobre as leis brasileiras que regem a proteção das mulheres. **Objetivo:** identificar e compreender as leis brasileiras relacionadas à proteção das mulheres. **Materiais e Métodos:** neste estudo, foram analisadas as legislações brasileiras, incluindo o Código Penal e a Lei Maria da Penha, com o objetivo de compreender os direitos, proteções e medidas legais destinadas a garantir a segurança e o bem-estar das mulheres no contexto passado. A pesquisa envolveu uma análise detalhada dos dispositivos legais, comparação entre normativas e contextualização no cenário jurídico brasileiro, resultando numa síntese dos resultados obtidos. **Resultados:** Foram identificadas cinco leis brasileiras principais que amparam mulheres vítimas de violência. A Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, estabelece mecanismos de assistência, medidas protetivas e inclusão em programas oficiais de amparo às vítimas de violência doméstica. Em casos de homicídio resultante de agressões físicas contra mulheres, a Lei do Feminicídio (13.104/2015) qualifica o crime, aumentando a condenação. Já a Lei 12.845/2013, também conhecida como Lei do Minuto Seguinte, oferece suporte médico, psicológico e social, além de atendimento imediato e gratuito pelo SUS em casos de violência sexual. A Lei 12.737/2012 (Carolina Dieckmann) aborda a proteção de dados particulares após quaisquer tipo de exposição, enquanto a Lei Joana Maranhão (12.650/2015) amplia o tempo para denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes. **Conclusão:** a análise das leis brasileiras revela um conjunto abrangente de instrumentos legais que buscam amparar e proteger as mulheres vítimas de violência. Esse conhecimento pode contribuir significativamente para a capacitação de profissionais da saúde, fortalecendo sua atuação e promovendo uma abordagem mais eficaz diante de uma situação que envolva violência de gênero.

Palavras-chave: **VIOLÊNCIA DE GÊNERO; ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA; LEIS DE AMPARO; VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER; PROTEÇÃO**